



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

---

## A COMPLEXIDADE DO TRABALHO DO(A) PROFESSOR(A) ALFABETIZADOR(A) NA ESCOLA DO/NO CAMPO

Giane Souza dos Santos\*  
(UESB)

Sílvia Regina Marques Jardim\*\*  
(UESB)

### RESUMO

Esta apresentação faz parte de uma pesquisa em andamento e tem por objetivo apresentar e socializar resultados obtidos até o momento sobre a complexidade do trabalho do professor (a) alfabetizador (a) na Escola no Campo, no que diz respeito a metodologias de alfabetização; materiais (livros didáticos, planos de ensino textos, etc) usados no processo de alfabetização, formação dos docentes alfabetizadores que atuam na escola no campo. Como campo de pesquisa foi delimitado as chamadas Escolas Nucleadas, situadas no Distrito de José Gonçalves, distrito pertencente ao município de Vitória da Conquista/BA. Assim, procuramos verificar as dificuldades encontradas pelos professores no que diz respeito a práticas de alfabetização e o envolvimento com uma proposta pedagógica voltada para o campo. O objetivo foi focalizar como os docentes agem no intuito de resolver esses problemas no seu dia-a-dia.

**PALAVRAS-CHAVE:** educação no campo, prática pedagógica, alfabetização.

---

\* Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB/Campus de Vitória da Conquista.

\*\* Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; e-mail: silviaregina@uesb.br



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

---

## 1. Referencial teórico: EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO

A literatura sobre a gênese educacional no Brasil evidencia um caráter excludente, elitista e inicialmente voltado aos hábitos importados da metrópole portuguesa. Com a economia baseada na grande propriedade e na mão-de-obra escrava, o poder era representado pela família patriarcal que, além de deter o poder econômico e político, deveria também obter os bens culturais, neste momento importados da Europa, necessidade esta suprida via princípios educativos da Companhia de Jesus (XAVIER, 1992).

Segundo ROMANELLI, a partir de 1930, o país vivencia o período de ápice de uma crise anunciada desde os anos 20 que, entre 1930 e 1964, manifestou-se através de uma série de revoluções e movimentos armados, visavam romper com a política econômica estabelecida pela velha ordem social oligárquica, abrindo espaço para o fortalecimento do Capitalismo no Brasil.

Todo este contexto, além de favorecer as condições básicas para intensificar o capitalismo no Brasil, criou condições para um novo horizonte cultural e de aspirações por parte da população brasileira, principalmente nas áreas atingidas pela industrialização. O que no campo educacional criou uma contradição, pois a escolarização se efetivou em áreas de intensa relação de produção capitalista.

As demandas de um país em fase de industrialização, com o aumento crescente do êxodo rural, fez com que acontecesse, entre as décadas de 40 e 50, um aumento considerável das Campanhas de Alfabetização de Adultos, fruto das preocupações agora existente, por parte da sociedade brasileira com as questões educacionais. “Vê-se, portanto, que a sociedade brasileira despertava para o problema da extensão da escolarização, empenhando-se numa luta pela alfabetização de um cada vez maior número de pessoas (...)” (ROMANELLI, 1998: 64)



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

---

Neste momento, tudo indicava que a educação nacional pudesse tomar os impulsos necessários à efetiva escolarização de toda a população, pois parecia possível garantir a todos os cidadãos a aquisição das habilidades de leitura e de escrita, tendo em vista o grande número de campanhas nesta área. No entanto, por influência do golpe militar de 64, a educação, assim como a sociedade, vivencia um período onde acontece um certo limite dos direitos Civis como um todo.

O golpe militar de 1964 veio por fim aos movimentos de educação popular, o país vivencia uma forte repressão, e a classe intelectual vive um período de cassações, exílios, perseguições e torturas. É imposta uma Constituição Conservadora e em lugar da educação popular o governo institui o MOBREAL. Neste mesmo período acontece a interferência norte-americana na educação nacional.

Em 1971, é sancionada a lei 5692/71 que reforma todo o ensino anterior ao ensino universitário. Destaca-se o ensino técnico como uma forma de preparar o trabalhador, tais como os técnicos em contabilidade, preparados apenas para realizar atividades operacionais. A década de 70 é marcada de um lado pelo agravamento da inflação e do endividamento externo, elementos favoráveis a uma crise econômica e, de outro, pela organização política da sociedade como um todo, fatores estes responsáveis por uma redemocratização no país. A década de 80, movimentos como o da “Diretas Já”, levaram o país ao advento de uma Nova República, ocasionando a elaboração da Constituição de 1988, que previa a elaboração de uma nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, que ficaria pronta em 1996.

Neste momento, a sociedade civil organizada, através dos movimentos populares, aproveitando o clima de redemocratização, coloca em discussão toda a problemática a respeito da condição das minorias no Brasil. Formam-se, em várias cidades, grupos e associações de mulheres, movimentos sociais de luta por reforma agrária, de pessoas com necessidades especiais, sindicatos de pequenos agricultores, fortalecendo a luta desses grupos marginalizados em busca de inclusão e respeito.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

---

A literatura deixa claro que a educação historicamente no Brasil serviu aos interesses políticos e econômicos dos governantes em cada período distinto, desta forma acessível apenas a uma pequena parcela de nossa população. O que dizer então da educação destinada ao homem e à mulher do campo? Sabemos que as populações que vivem no e do campo não se encontra entre a parcela privilegiada da população do país, pelo contrário, estão entre aqueles que, por motivos sócio-culturais, sempre foram colocados em segundo plano e por serem tidos como força produtiva braçal, foram afastados das carteiras escolares. Assim como descreve Calazans, É essencial destacar que as classes dominantes brasileiras, especialmente as que vivem no campo, sempre demonstraram desconhecer o papel fundamental da educação para a classe trabalhadora. (CALAZANS, 1993: 15)

A partir dos anos de 1910/1920, com o aumento da miséria no país e com os movimentos migratórios do campo para a cidade, que preocupações acerca do ensino rural começam a aparecer, sobretudo pela necessidade de uma mão-de-obra minimante preparada.

Neste período, surgiu o que se denominou, segundo SILVA (2003), de Ruralismo Pedagógico. Proposta de escola integrada às condições locais regionalistas, com o objetivo de fixar o homem ao campo. No discurso dos educadores, isso tiraria o homem do campo do atraso e da ignorância. Também explode a ideologia do Colonialismo, que valoriza o campo, mascarando a preocupação com o êxodo rural e o enfraquecimento político patriarcal, sendo apoiada pelas elites urbanas preocupadas com a explosão de problemas sociais. (LEITE, 1999). Até a década de 1930, o ensino permaneceu influenciado pelo ruralismo.

A partir da década de 40, surgiram programas de destaque, sob a tutela do Ministério da Agricultura e do Ministério da Educação e Saúde, principalmente contando com o patrocínio do capital norte-americano em programas como a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR). Neste programa funcionavam



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

---

três subprogramas: o Centro de Treinamento (para os professores), as Semanas Rurais e os Clubes Agrícolas.

Em 1942, a escolarização rural foi debatida no VIII Congresso Brasileiro de Educação, momento em que foram enfatizadas as tendências nacionalistas-burguesas do Estado Novo que, apesar de referir-se à problemática do campo, apenas deixou claro que uma nova oligarquia estava no poder. Em 1945, surge o projeto de “aldeia rural”, buscando atender às necessidades culturais, administrativas e industriais da área das aldeias. Em 1948, foi criada, em Minas Gerais, a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), mais tarde denominada EMATER, a fim de coordenar programas de extensão e captar recursos técnicos e financeiros. (CALAZANS, 1993: 23).

Segundo LEITE (1999), com estas e outras iniciativas, o campo melhorou seu nível de vida, porém as condições de dependência político-ideológica foram mantidas e os grupos dominantes continuaram exercendo influência na vivência democrática e cidadã.

Segundo CALAZANS (1993), os programas implementados no Brasil, pelo governo norte-americano se constituíram em pacotes prontos, acabados, que não eram exatamente adequados à realidade nacional, mas sim oportunos aos objetivos de integração ocidental, unidade nacional e constituição de um mercado consumidor, além de um adestramento de produtores.

A partir de 1960, o país agitou-se com uma crise no modelo desenvolvimentista através das ondas migratórias, o golpe militar de 1964 e a anulação dos direitos civis. Neste contexto, a educação é vista como um indicador do subdesenvolvimento em que se encontrava o país. O governo Castelo Branco cria o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social para o período de 1967/1976, no qual o processo educacional é parâmetro para a capacitação mínima do cidadão.

A situação era a mesma no âmbito rural, pois a “ligação educação/trabalho/desenvolvimento vinculada à educação rural, a partir da nova



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

---

estruturação curricular, assume, por assim dizer, uma dimensão de nivelamento, isto é, de anulação da dicotomia cidade/campo” (LEITE, 1999: 43).

A proposta de educação popular de Paulo Freire, posta em prática neste período, baseava-se num suporte filosófico-ideológico com valores sociolingüístico-culturais, revolucionando a prática educativa. Aos poucos, e a partir do trabalho do Movimento de Educação de Base (MEB), a educação popular ganhou muitos adeptos, estando presente em várias comunidades rurais, onde se desenvolvia a “educação libertadora”, que tinha o objetivo de resistir e protestar contra o processo de ensino tradicional ao mesmo tempo em que realizava a alfabetização de adultos.

Com a Lei 5.692/71, num momento em que a profissionalização pelo ensino é uma marca tanto do período histórico, como da própria lei, apesar de constar a menção às peculiaridades regionais, só teoricamente existe um espaço para a educação no campo, pois não existiu uma política educacional destinada aos grupos camponeses. (LEITE, 1999).

Nas décadas de 60 e 70, surgiram inúmeros programas para o meio rural, mas infelizmente, em sua maioria eram destinados a diminuir as tensões sociais próprias da pobreza, repassar à população todo o projeto social e político do governo central e garantir ensinamentos mínimos necessários ao modelo capitalista.

Com a Constituição de 1988, que coloca a educação como um direito subjetivo (SILVA, 2003) surge um terreno propício à discussão sobre as questões do campo, passando a acontecer em âmbito nacional um amplo debate sobre a educação no campo, que é reforçado pela LDB nº 9394/96, influenciando as Constituições dos Estados que passam a abordar as questões do campo, determinando a adaptação dos currículos e calendários às necessidades e características de cada região.

O Plano Nacional de Educação (PNE), lei nº 10.172/2001, também faz menção à educação no campo. Prevê um tratamento diferenciado para a escola rural e propõe objetivos para esta modalidade de ensino, entre os quais estão a oferta das quatro séries



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

---

regulares em substituição às classes isoladas unidocentes, aquelas com um único professor para as quatro séries simultaneamente, transporte escolar, bem como a adequada formação profissional dos professores.

Desta forma, em 2002, a fim de atender às disposições legais contidas na LDB nº 9394/96 e no PNE, como também as reivindicações históricas das organizações e movimentos sociais que lutam por educação e conquistas sociais para todos os povos do campo, o Conselho Nacional de Educação instituiu as Diretrizes Operacionais para Educação nas Escolas do Campo, representando uma esperança de novos rumos para a educação no meio rural.

Esta lei, também conhecida como Resolução nº 001/2002, feita pelo Conselho Nacional de Educação, trata-se de um conjunto de recomendações aos governos, para que no campo as crianças e jovens tenham educação garantida e adequada às suas necessidades, escolarização que deve ter início com a educação infantil, sendo garantido o ensino fundamental, inclusive para as pessoas que não tiveram acesso na idade prevista, cabendo aos estados a responsabilidade com o ensino médio e a educação profissional.

Ainda segundo as Diretrizes, para a oferta da educação básica da população rural, haverá, se necessário, as adaptações dos sistemas de ensino, à realidade das comunidades locais, observando currículos, metodologias apropriadas, adequação de calendário e à natureza do trabalho na zona rural.

## 2. Alfabetização

Atualmente, existe um amplo debate a respeito da qualidade do ensino, sobretudo do público, e do papel da escola em nossos dias, propiciando uma reflexão sobre a educação brasileira, o que ocorre não apenas entre os educadores, estendendo-se aos demais setores da sociedade. Entre as reflexões de estudiosos da área e



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

---

educadores destaca-se a preocupação com a alfabetização, principalmente na medida em que o governo Lula estabeleceu como uma de suas metas a erradicação do analfabetismo, o que deveria ter ocorrido até o ano de 2006.

Pensar em alfabetização, muitas vezes é sinônimo de lançar um novo pacote “salvador” contendo “fórmulas infalíveis” para serem utilizadas pelos educadores, em sua maioria com todos os alunos, independente de seu contexto social. Tradicionalmente, para o problema do analfabetismo no Brasil, os governos propõem campanhas para a erradicação da questão, e os educadores se preocupam com as técnicas e o método a ser utilizado, o que encobre as verdadeiras implicações referentes à alfabetização no país, associada principalmente à história de mazela social e econômica da maioria da população.

No âmbito deste texto que fala da pesquisa em seu caráter inicial, entendemos o conceito de alfabetização como a fase inicial de aquisição da leitura e escrita pelos alunos, não esquecendo, porém, que esta fase deve ser estendida como um processo de formação ao longo da vida.

(...) alfabetizar é desenvolver no alfabetizando a capacidade de extrair a pronúncia e o sentido de uma palavra a partir de sinais gráficos (a capacidade de ler) e de codificar graficamente os sons correspondentes a uma palavra (a capacidade de escrever). (MORAIS E KOLINSKY, 2004: 15).

Saber ler (codificar) e escrever ainda se constitui num privilégio que apesar dos esforços dos educadores e dos inúmeros programas de erradicação do analfabetismo propostos nas últimas décadas, não está acessível a um grande número de adolescentes e adultos.

Como o acesso à escolarização aconteceu tardiamente no Brasil, também se observa que é por volta de 1946, com uma expansão da escola básica regular e a necessidade de capacitar novos quadros de pessoal para a sociedade em modernização, que acontecem inúmeras campanhas de Educação de Adolescentes e Adultos (BARBOSA,



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

---

1994). Entre as campanhas citadas por este autor estão: a Missão Rural de Educação de Adultos, a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), o Movimento de Cultura Popular e o Movimento de Educação de Base (MEB) da década de 60, e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) da década de 70, entre outros.

Com os estudos da pesquisadora argentina, Ferreiro e seus colaboradores, acontece uma reviravolta na concepção de alfabetizar. Através da abordagem psicogenética, baseada nos estudos de Piaget, ela identifica os estágios pelos quais as crianças passam até se apropriarem da condição de leitoras.

Os estudiosos da área surgem agora que para a alfabetização dos alunos os educadores utilizem um variado número de textos que circulam no seu meio social e fazem parte do seu dia-a-dia, entre os quais estão receitas de cozinha, listas de compras, cartazes, poemas, reportagens, documentos da vida cotidiana e bulas. Assim, o conceito de alfabetização é estendido para além do simples codificar e decodificar, ou seja, trata-se de trabalhar uma prática efetiva de alfabetização que visa formar o leitor.

Apesar de todos os avanços tecnológicos a serviço da educação, os estudos e pesquisas nesta área não negam a necessidade e a importância do professor no processo ensino-aprendizagem visto que ele é o agente capaz de conduzir os alunos pelo caminho do conhecimento.

Quando refletimos sobre esta tarefa, ao analisarmos as condições atuais das escolas do país, os baixos salários pagos, a jornada excessiva de trabalho, a necessidade de uma melhor formação, ficamos convencidos de que muito precisa ser feito pela Educação no que se refere às atribuições dos poderes públicos e segundo de que o trabalho dos profissionais da Educação atualmente vêm se constituindo enquanto uma atividade, próxima do heroísmo.

Se hoje, pensar no trabalho dos docentes, de forma geral, é reportar-se a uma profissão repleta de dificuldades, o que dizer a respeito dos professores alfabetizadores no campo que, por atuarem num espaço desprovido de direitos e carente de



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

---

oportunidades, precisam superar mais dificuldades, pois além de enfrentar as questões referentes à prática educativa, têm que superar os desafios próprios do meio rural, como por exemplo, o difícil acesso às escolas, a infra-estrutura inadequada das mesmas e a falta de maiores recursos pedagógicos (ALVANA, MORENO, 2006).

Estes educadores certamente estão entre aquelas pessoas que, mais que enfrentar as adversidades, são capazes de usá-las em seu próprio favor, pois encontram soluções criativas para alcançar seus objetivos, no caso, a realização de um trabalho satisfatório, significativo e de acordo com as necessidades de cada comunidade.

#### RESULTADOS PARCIAIS

Ao propor uma investigação acerca do trabalho dos (as) professores (as) alfabetizadores (as) no meio rural, precisamente no Distrito de José Gonçalves, situado no município de Vitória da Conquista, utilizei uma abordagem qualitativa, usando a estratégia metodológica do estudo de caso. Assim, a pesquisa delimitou-se a apenas uma instância destes professores, ou seja, aqueles que atuam nas escolas nucleadas, mais precisamente Núcleo 2. Para tanto, a pesquisa optou pelo estudo de caso (André, 1995) a fim de atender ao intuito de analisar as principais dificuldades encontradas na alfabetização das crianças e verificando como educadores lidam com elas. Foram adotados questionários, conversas informais com educadores, observações e análise de documentos das escolas, como plano de ensino e propostas pedagógicas.

Os resultados até agora evidenciam que os professores sentem falta de uma formação mais específica para atuarem no campo. Acrescenta-se a isso, a dificuldade em se trabalhar com a alfabetização, pois os educadores também citaram que a formação para atuar em classes de alfabetização foi insuficiente. Ou seja, há duas dificuldades evidentes: o trabalho com a alfabetização, o que por si só já uma tarefa complexa aliada a uma realidade distinta: a do trabalho em áreas rurais.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

---

Alvana e Moreno (2006) ao abordar a precariedade do trabalho dos professores, especialmente dos que atuam em áreas rurais, apresenta como principais indicadores além da baixa qualificação e os salários inferiores aos da zona urbana, elementos como a sobrecarga de trabalho, a rotatividade e o difícil acesso às escolas.

Como foi detectado, a formação dos alfabetizadores que atuam no Núcleo 2, em quase totalidade, correspondem ao ensino médio. Sabemos que, de maneira geral, a remuneração atual dos educadores como um todo, não possibilita que possam usufruir o prazer de comprarem os livros específicos de sua área de atuação. Estes dois fatores, além do elevado preço de livros em nosso país, a falta de hábito de leitura, comum infelizmente até aos educadores e a excessiva jornada de trabalho dos mesmos, distanciam os docentes da produção teórico metodológica referente à alfabetização.

Atualmente, é comum a associação de heroísmo e o trabalho dos educadores, principalmente dos que atuam no meio rural, o que fica evidente nos raros episódios vinculados pela mídia, que dão, em sua maioria, as mais belas atribuições humanas (e por ora até não humanas) aos educadores, deixando transparecer que, apenas a eles cabe a missão de reverter o atual quadro de nossas escolas.

## CONCLUSÕES

Os resultados obtidos com esta pesquisa podem ser estendidos a uma problemática pertencente ao Brasil como um todo.

Os educadores do/no campo podem ser chamados de professores resilientes por não desistirem da tarefa de educar as crianças do meio rural apesar das dificuldades encontradas, como ter de morar nas localidades e/ou deslocar-se de casa para a escola por vários quilômetros, todos os dias, preparar as aulas com pouco ou nenhum recurso, sendo ainda capazes de superar estas dificuldades, utilizando estratégias criativas na realização da prática docente.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

---

Entretanto, apesar dos esforços realizados pelos educadores do campo a fim de superar as dificuldades e realizar um bom trabalho, não se deve esquecer que a falta de uma maior formação acaba por limitar as possibilidades de que estes educadores possam alcançar as metas hoje postas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), as Diretrizes Operacionais para a Educação no Campo, e outros documentos necessários à efetiva melhoria da educação no meio rural.

Porém ressalto que, apesar da necessidade de comprometimento dos educadores, necessitamos urgentemente de uma política de valorização dos educadores do campo, capaz de possibilitar a estes profissionais acesso a uma formação suficiente e a melhores condições de trabalho.

## REFERÊNCIAS

- ALVANA, Maria Bof; MORENO, Carlos Eduardo Moreno. A Educação no Brasil rural. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 2006.
- ANDRÉ, Maria Eliza Dalmazo Afonso de. Etnografia da prática escolar. Campinas, SP: Papirus, 1998. (Série Prática Pedagógica).
- ANTUNES, Celso. Resiliência: a construção de uma nova pedagogia para uma escola pública de qualidade. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BARBOSA, José Juvêncio. Alfabetização e Leitura. 2 ed. ver. São Paulo: Cortez, 1994.
- BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Parecer 36/2001. Diretrizes Operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Brasília, 2001.
- BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, 1996.
- CALAZANS, Maria Julieta. Para compreender a educação do estado no meio rural (traços de uma trajetória). In: THERRIEN. Jacques (org). Educação e Escola no campo. Campinas: Papirus, 1993, p. 15-39.
- CALDART, Roseli Salete. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. 2002.
- CARVALHO, Marlene. O que significa letramento. In: CARVALHO, Marlene. Alfabetizar e Letrar: um diálogo entre a teoria e a prática. RS: Vozes, 2005.
- FERREIRO, Emília. Com todas as letras. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- GARCIA, Regina Leite. (Org). Novos olhares sobre a alfabetização. São Paulo: Cortez, 2001.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

- 
- LAKATOS, Eva Leite. MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos e metodologia científica. 4. ed. Ver. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001.
- LEITE, Sérgio Celani. Escola Rural: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.
- MORAIS, José; KOLINSKY, Regina. A ciência cognitiva da leitura e a alfabetização. Pátio revista pedagógica, Porto Alegre, RS, ano 8, n. 29, p. 14-17, fev/abr. 2004.
- OLIVEIRA, Silvio Luiz de. Tratado de Metodologia Científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses; revisão Maria Aparecida Bessana. – São Paulo: Pioneira, 1997.
- PINHO, Ana Sueli Teixeira de; SANTOS, Stella Rodrigues dos Santos. Classes multisseriadas no meio rural: entre a persistência do passado e as imposições do presente. Revista de Educação CEAP. Salvador, BA, ano 12, n. 47, p. 55-66, dez. 2005.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 19998.
- SILVA, Maria do Socorro. Educação básica no campo: no silêncio das políticas educacionais, a negação da igualdade do direito e o desrespeito às diferenças. In: Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto: "Uma escola para a inclusão social". Brasília: Câmara dos deputados, Coordenação de publicações, 2003. (Série: Ação Parlamentar n. 222)
- SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Horizonte: Autentica, 2004.
- THERRIEN, Jacques. A professora rural: o saber de sua prática social na esfera da construção social da escola no campo. In: THERRIEN, Jacques; DAMASCENO, Maria Nobre. Educação e Escola no Campo. Campinas. São Paulo: Papirus, 1993.
- XAVIER, Maria Elisabete. História da educação brasileira. A Organização Escolar. São Paulo: Novaes, 1992.